

Mali, um Estado sub-representativo de sua sociedade

Mali, a misrepresentative government of its society

Emiliano Unzer Macedo*

Boletim Meridiano 47 vol. 14, n. 136, mar.-abr. 2013 [p. 18 a 24]

Introdução

O presente artigo busca analisar as causas da crise política malinesa. Para tanto, serão examinados historicamente a estrutura política do Estado malinês desde tempos pré-coloniais até sua independência. Com isso buscaremos evidenciar a pouca representatividade do Estado frente à pluralidade de sua sociedade, explicação esta que nos ajudará a entender as causas das rebeliões recentes ocorridas no país. Ademais, abordaremos as implicações dos interesses estratégicos internacionais sobre recursos minerais malineses, bem como o alastramento do extremismo religioso na região em confronto ao argumento proposto pelo artigo.

Contexto histórico do Mali e a sua herança colonial

Mali ocupa hoje local de uma das civilizações mais veneráveis do continente. Sua localização no decurso do rio Níger, que faz um arco em sentido oeste-leste dando acesso da costa ocidental africana ao interior para depois desaguar no Golfo da Guiné, possibilitou lucrativas trocas comerciais litorâneas ao interior saariano. Em decorrência deste intenso comércio – sal, ouro, noz-de-cola, dentre outros – ocorreram lendárias prosperidades em diversos reinos, primeiro com o Império de Gana no século VIII sendo depois suplantado por islâmicos almorávidas advindos do Saara no século XI. O Islã a partir de então sempre deixou profundas marcas na região.

Floresceu neste contexto marcos culturais da humanidade. O Islã, ao chegar à curva do rio Níger, gradativamente se adaptou e ganhou contornos próprios aos costumes locais – como defende o ramo maliquita¹ do sunismo islâmico – indo ao encontro com a fluente prosperidade do Império Mali a partir do século XIII. Cidades como Gao, Djenné, Timbuctu tiveram grande afluência de estudiosos em suas escolas, bibliotecas e mesquitas, pois guardavam incontáveis e importantes manuscritos. Desta forma, a face tolerante do Islã se popularizou e fincou raízes sociais na sociedade desde então.

Após o advento dos impérios dos songhais e dos berberes, as rotas comerciais saarianas declinaram em importância devido ao estabelecimento de novas rotas de comércio pelo litoral e também pelos rios, desbravadas pelos europeus a partir do século XIX. Os franceses iniciaram sua colonização por meio de seus militares (KANYA-FORSTNER, 2008), ocupando a hinterlândia, a partir de suas *quatre communes* na foz do rio Senegal. Em 1815, já expandiram sua presença pela Mauritânia e também pelo interior, rumo ao curso médio do rio Níger, ganhando um

* Professor adjunto de História da África no departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e Doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/ USP (prof_emil@hotmail.com).

1 Ramo de interpretação jurista e dos costumes sociais no universo sunita islâmico. Adotam uma interpretação mais flexível e ampla das fontes jurídicas e costumes, indo além das fontes tradicionais do Corão e dos conselhos e condutas de Maomé. Incluem as práticas dos primeiros habitantes muçulmanos de Medina.

acesso interiorano. Em 1830 já endossaram sua presença no litoral argelino e, mais para o final do século, asseguraram um domínio consentido sobre a Tunísia, em contraposição aos interesses dos italianos. A Costa do Marfim, Guiné Francesa e o Sudão Francês, onde viria a ser o Mali, foram consolidados após a Conferência de Berlim de 1885, ocasião em que foram delineadas as esferas de influência européia no continente.

Os franceses, sob a ótica estratégica de seus militares que tiveram voz ativa na definição dos rumos de sua política colonial, visaram estender seu domínio por toda a região norte africana, almejando criar uma “segunda Índia” (OLIVER, 1994, p. 204). Isso se deu em virtude de buscarem uma compensação por terem atravessado a humilhante derrota frente aos prussianos em 1871. Contudo, enfrentaram limitações ao seu projeto de domínio de toda a latitude saariana ao perderem a região sudanesa oriental – que ligaria seus domínios ao Djibouti no Mar Vermelho – para os britânicos após o evento de Fashoda em 1898.

Neste contexto, restava aos franceses assegurar o que já havia sido acordado entre eles e os governos europeus sobre a imensa região desde o lago Chade até o litoral atlântico e também da costa argelina até as proximidades da foz do rio Congo em Libreville. A partir de então, enfrentaram os gálicos no século em questão duros embates na região que lhes coube, resistindo aos inúmeros movimentos locais que evocavam a defesa de fé islâmica. Ao final conseguiram submetê-los², apesar de vivas resistências em regiões interioranas.

O Estado colonial organizado sob domínio francês visou principalmente satisfazer interesses estratégicos da metrópole, jamais a plena representação dos africanos. Por toda a região do cinturão saheliano, os franceses tenderam a concentrar o seu controle em regiões de solo mais fértil localizados ao sul deste cinturão, onde organizaram seus centros administrativos coloniais em detrimento do escassamente povoado norte desértico frequentemente chamado à época de “inútil”.

Foi essa a herança que a maioria dos países africanos recém independentes recebeu: uma estrutura pouco transparente do mecanismo político e sub-representativa em relação à população (MEREDITH, 2006, p. 153-4). Na época colonial, a política francesa aplicada às colônias se espelhou no presidencialismo da metrópole tornando o posto máximo foco de excessiva centralização de poder em torno de um líder, que lançava mão de uma retórica anti-colonial, perseguindo opositoristas políticos com o argumento, por exemplo, de sedição.

Mali após a sua independência e a atual crise política

À época de sua independência em 1960, o presidente Modibo Keita decidiu seguir rumo próprio, com um unipartidarismo de linha nacionalista e independente, evocando a ideologia socialista e nacionalizando os recursos do país. Visava assim fugir da influência da ex-metrópole e conquistar um aliado soviético no contexto da Guerra Fria.

Keita passou a implementar o seu projeto socialista de planejamento, idealizando um igualitarismo, num sistema “onde não haverá desempregados nem multimilionários (...) um sistema onde não haverá pedintes, onde cada um haverá o que comer quando com fome” (GRUNDY, p. 193). Contudo, este projeto se mostrou intangível, pois os recursos do país eram insuficientes. Possuindo pouco capital, num país que em 1959 tinha uma população de pouco mais de quatro milhões de habitantes sendo que sua renda per capita era de apenas 52 dólares americanos. Perguntado certa vez ao ministro malinês do Planejamento e Economia Rural, Seydou Kouyate, à época sobre a rejeição de políticos malineses ao capitalismo, sua resposta foi enfática: “você não pode ser capitalista quando você não tem capital” (p. 176).

Após anos de má gestão pública, insuficientes recursos nacionais para o custeio do projeto de desenvolvimento socialista nacional, agravado pela alta dívida interna, o governo do Mali passou a recorrer a empréstimos internacio-

2 O domínio colonial francês sobre o norte africano permaneceu incerto em muitos locais de difícil acesso interiorano, como na Argélia e regiões montanhosas do Marrocos. Este último foi somente administrado pelo governo francês após longas negociações com os britânicos, e com ameaças alemãs, na Conferência de Algeiras de 1906.

nais e a se submeter a uma eventual supervisão financeira francesa. Somava-se a isso uma perseguição sistemática aos opositores políticos por Keita. Após alguns anos, avolumou-se na sociedade manifestações de estudantes, militares e líderes sociais descontentes com os planos de austeridade econômica que estavam sendo implementadas a partir de então. O Mali passou a ser visto como um Estado longe da realidade da maioria da sociedade, um Estado recém-independente que foi construído a atender aos interesses de minorias no poder, sem qualquer pretensão de inclusão da sociedade malinesa (ARNOLD, 2005, p. 121-122).

Em 1968, Keita foi destituído do poder por um golpe de Estado dado por militares e liderados por Moussa Traoré. Desde então os militares no país nunca se afastaram do poder, situação esta que perdurou até o final da Guerra Fria. Deste modo, assim como Keita, seguiram os militares a controlar o Estado recém-independente representando e defendendo seus próprios interesses, jamais representando o país como um todo. Um Estado não somente restrito aos interesses das elites nativas, mas ineficaz em sua burocracia e corrupção. Conforme evidenciou Penna Filho,

Os funcionários públicos se transformaram num setor privilegiado, com salários inadequados e um sistema de propinas exorbitantes, e socialmente tolerado, tudo agravado com o fato de se tratarem de economias frágeis (...) [c]ontribuiu muito para esse quadro de instabilidade institucional permanente o fato de que, na maior parte dos casos, houve um descolamento entre o Estado e a sociedade no continente africano (2009, p. 93-94)

Em 1990, no contexto do fim da Guerra Fria, movimentos sociais organizados protestaram e exigiram mudanças democráticas pluripartidárias e de maior participação política pela população. Um ano depois foi aprovada uma nova constituição e as primeiras eleições pluripartidárias foram realizadas em 1992 com a eleição livre de Alpha Konaré, sendo este reeleito cinco anos depois.

A condição democrática perdurou até 2012, apresentando o Mali sinais de estabilidade política e liberdade de expressão³ (MACEDO, 2011). A isso se somou anos de considerável crescimento econômico da região da moeda franco ocidental, a qual Mali faz parte (MELLY, 2013). No entanto, a sub-representação de regiões ignoradas pela capital do Mali, Bamako, sempre foi latente em sua história. Entre os principais povos envolvidos estão os tuaregues e árabes no norte malinês. Assim, tal Estado foi erigido com base numa minoria articulada ao sul, em torno de Bamako, visando conservar seus interesses políticos e econômicos, desde empresários de minas de urânio e ouro, até militares de alta patente. Consta que já na época de sua independência, nortistas se levantaram e deram combate ao Estado nascente que privilegiava os interesses de minorias do sul malinês (DELCROZE, 2012). O Estado do Mali, desde sua condição colonial, era de minorias, jamais abarcando toda a pluralidade do país.

A atual crise política evidencia isso. Desde janeiro de 2012, grupos setentrionais começaram a agir visando uma maior autonomia no norte do país, na região de Azawad. Dentre as diversas etnias envolvidas, os tuaregues tiveram papel de maior visibilidade e evidência no desenvolvimento da crise por meio do Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (MNLA), organização essencialmente étnica e secular que visa à secessão da região do resto do Mali.

As revoltas do norte ocasionaram em descontentamento crescente de setores militares malineses, pois restou evidenciada a incapacidade do governo de Bamako em fazer frente aos avanços militares setentrionais. O cenário político malinês se agravou cerca de um mês antes das eleições presidenciais programadas para 22 de março de 2012. O presidente então em ofício, Amadou Toumani Touré, foi sumamente deposto por um golpe de Estado por soldados e oficiais militares amotinados, tendo sido suspensa a constituição vigente do país.

3 A liberdade de expressão fincou raízes no país em decorrência da multiplicação do número de jornais independentes, suplantando o anterior monopólio estatal, além do país ter gerado um ambiente fértil e pluralista de manifestações culturais, tornando-se referência mundial na música, por exemplo.

Em decorrência da instabilidade do golpe recém ocorrido, outros grupos setentrionais, além do MNLA, se aliaram em torno do Comitê Nacional para a Restauração da Democracia e do Estado (CNRDR, sigla em francês) e se fizeram presente em várias cidades da região mediana e norte malinês, entre elas as históricas Timbuctu, Gao e Kidal. Após o desmantelamento do governo da cidade de Douentza, declararam toda a região como independente do governo de Bamako, atribuindo a ela o nome da República de Azawad.

Inicialmente o MNLA tinha o apoio de grupos de islamistas locais, como o Ansar Dine e outros grupos islamistas menores da região setentrional – como um ramo da al-Qaeda no Magrebe Islâmico, chamada AQIM. Mas ocorreram inúmeras desavenças e conflitos, pois discordavam sobre a futura organização política da região controlada. Nesta conjuntura, enquanto o MNLA era essencialmente secular, extremistas islâmicos que objetivaram um Estado islâmico pautado na *sharia*⁴. Assim, em julho de 2012, o MNLA foi perdendo terreno e influência para os grupos islamistas.

Já em 10 de janeiro de 2013, o governo de Bamako, se vendo incapaz de deter a consolidação e o avanço dos grupos rebeldes separatistas do norte, decidiu pedir intervenção estrangeira no país. Por meio da Operação Serval, o governo francês foi rápido no envio de apoio por meio de tropas à capital. Em 28 de janeiro de 2013 os franceses juntamente com o governo malinês, reconquistaram o controle das cidades de Timbuctu e Gao, bases fundamentais para apoiar incursões mais ao norte do país (LE MONDE, 2013). Desta forma, o arco do rio Níger foi tomado conforme os planos do presidente francês, François Hollande, em 48 horas com o uso total de 4500 homens. Contudo, permanecem regiões em mãos islamistas, como é o caso do maciço montanhoso do Adrar dos Ifhogas, região saariana de difícil acesso junto à fronteira com a Argélia e Níger (GUIBERT, 2013).

Importante ressaltar que a atuação de grupos islamistas extremistas podem equivocadamente indicar a popularidade desse ramo religioso no país, comparando-os aos talebãs no Afeganistão no início do século XXI (THE ECONOMIST, 2013a). No entanto, a grande maioria da população malinesa adere ao Islã sunita do ramo maliquita, mais tolerante aos costumes locais. Esse ramo inclusive tolera a ingestão de álcool e o uso do fumo mesmo durante o Ramadã⁵ (DELCROZE, 2012). O maliquismo, portanto, tem grande presença social no Mali, atuando em redes de ensino, hospitais e apoio social.

Os extremistas islâmicos, entre os principais o Ansar Dine, AQIM e MUJAO (esse último, Movimento para a Unidade e Jihad Islâmica na África Ocidental) advêm do ramo salafista⁶, do sunismo islâmico. Não toleram a idolatria de túmulos de pessoas sagradas e construções islâmicas com características locais. Em 3 de julho de 2012, como exemplo, extremistas islâmicos atearam fogo em uma das três principais mesquitas da região de Timbuctu, patrimônio histórico tombado pela UNESCO. Também uma porta que conduz à mesquita de Sidi Yahia, datada do século XV, foi destruída a golpes de picareta, desfigurando as inscrições históricas nela entalhadas (LAFITTE, 2012). Desnecessário dizer que esses atos foram impopulares entre a maioria da população islâmica maliquita do país. Os extremistas islâmicos não têm popularidade entre a grande parte da população malinesa e são considerados por muitos como estrangeiros (WHITEHOUSE, 2013).

Isto posto, interessa ressaltar que a intervenção estrangeira no Mali foi explicada por diversas maneiras. Alguns analistas apontam a região como estratégica, vital pelas suas minas de urânio, ouro e petróleo (TEICHMAN, 2013; WELSH, 2013). Porém, as reservas minerais no Mali são apenas potenciais, ainda não localizadas e exploradas e

4 A *sharia* é o nome que se dá ao código de leis islâmicas, tendo como fontes o Corão, a vida e ensinamentos de Maomé (*sunna*) e as suas interpretações (*hadith*). Rege o código a conduta pública e privada do muçulmano, incluindo questões de política, negócios, contratos, família, casamento, divórcio, sexualidade e higiene.

5 Nono mês do calendário islâmico em que se jejua desde a nascer do sol ao seu poente. Almeja-se com esse ritual a renovação da fé, a caridade, fraternidade e reforçar valores familiares e religiosos.

6 O ramo salafista do sunismo é um movimento de reforma que almeja as condições culturais e morais dos primeiros muçulmanos à época de Maomé, visando adaptar o Islã aos tempos modernos. Foi uma reação ao crescente ocidentalismo desde fins do século 19, primeiro organizado no Egito.

pouco sentido faz explicar uma custosa intervenção no país por recursos ainda não evidentes, conforme argumenta Bruce Whitehouse (2013).

Outros autores evidenciam a posição estratégica do Mali como palco de projeção de extremistas islâmicos para toda a África do norte (BODIRSKY, 2012). Mas os extremistas islâmicos no Mali não são maioria e possuem pouca aceitação pela maioria da população que adere a um ramo mais tolerante e local do islamismo, o maliquismo, presente há séculos na sociedade e cultura malinesa.

Considerando que organizações extremistas islâmicas como o AQIM e MUJAO não têm apoio de países vizinhos ao Mali, sua atividade poderia ser controlada e contida pelas fronteiras visando reduzir os suprimentos aos rebeldes. Além do mais, devido aos seus vinte anos de estabilidade política, os malineses não almejam menos democracia, como ameaçam extremistas islâmicos e separatistas, mas mais participação e representação política (WING, 2013).

Um dos fatores da crise certamente se passa pela marginalidade das regiões setentrionais do Mali. O norte malinês representa 70% da extensão territorial do país, contendo apenas 10% de sua população. Essa região historicamente foi negligenciada à penúria e a poucos investimentos por parte de Bamako durante décadas (DEL-CROZE, 2012). O governo malinês jogava grupos setentrionais locais uns contra os outros, visando enfraquecer suas alianças (BEAUMONT, 2013). A situação foi agravada com a desertificação a avançar pelo norte, somando-se com a disponibilidade de mercenários e armamentos advindos da fronteira com a Líbia, após a queda de Muammar al-Gaddafi em 2011.

As sublevações organizadas de tuaregues e árabes visando à secessão, como é o caso do MNLA, são consequências de décadas de abandono político do Estado malinês. O grave quadro de penúria e desertificação crescente no norte malinês foi também local de ação de extremistas islâmicos advindos de regiões fronteiriças, organizando-se em grupos como o Ansar Dine, MUJAO e AQIM. Esses últimos vicejaram nas condições extremas de crise social em regiões nortistas, mas possuem pouco respaldo popular, já que anseiam por reformas rumo a um Estado de orientação extremista islâmica.

Neste norte, a intervenção estrangeira francesa no Mali foi um ato positivo, considerando os pedidos e a incapacidade do governo de Bamako em conter os avanços vindos dos rebeldes do norte. No entanto, há necessidade de precaução, pois a intervenção pode vir a desgastar-se com o tempo, e começar a ser considerada pela sociedade malinesa como uma invasão neocolonial, ou mesmo um inimigo não-muçulmano a ser combatido (THE ECONOMIST, 2013b).

Tropas africanas internacionais como as da ECOWAS (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, sigla em inglês) e UA (União Africana) poderão vir a ter um papel fundamental na pacificação e administração em regiões malinesas rebeldes. E isso poderia ser mais um capítulo de *peacekeeping* africano em países com crise civil (CHITYO, 2013), conforme já foi demonstrado em casos passados, como a operação AMISOM (Missão da União Africana na Somália, sigla em inglês) na Somália e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC em inglês) na região oriental da República Democrática do Congo.

Conclusão

Por fim, a recente crise no Mali reflete o passado de um Estado em que muitos da sua sociedade foram sub-representados. Um Estado que foi organizado desde o período colonial francês para atender aos interesses de grupos específicos, não representando assim, toda a nação malinesa. Povos setentrionais malineses, tuaregues e árabes, muitos deles nômades saarianos, sempre foram ignorados por Bamako. Somando-se isso a uma situação de penúria em que povos setentrionais se encontram, formam um combustível a mais para o alastramento do secessionismo e do extremismo religioso em uma sociedade que historicamente praticou um Islã tolerante. Conforme concluiu Penna Filho (2013):

O grande problema do Mali e de tantos outros países africanos reside na pobreza generalizada e na falta de um poder público que alcance a população. Não é à toa que as revoltas frequentemente surgem na periferia dos Estados, justamente nas áreas mais abandonadas. Enquanto o problema da inclusão social não for enfrentado, as esperanças são poucas. Não há solução estritamente militar para essa questão e o fundamentalismo religioso surge como um elemento complicador a mais em contextos de instabilidade crônica.

Mali precisa de um governo legítimo, representativo e mais descentralizado para conter as forças centrífugas do norte. O presidente em ofício, Capitão Dioncounda Traoré, subiu ao poder após acordos com militares que organizaram o golpe de 22 de março de 2012. Há, pois, a necessidade de haja um governo democraticamente eleito e legítimo aos olhos da sociedade, mais inclusivo e representativo e que ajude a conter o agravamento da crise interna do país.

Referências bibliográficas

- ARNOLD, Guy. *Africa: a modern history*. Londres: Atlantic Books, 2006.
- BEAUMONT, Peter. Terrorism is just one of many scourges to beset the people of Mali for decades. Londres: *The Guardian*, 2013, 20 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2013/jan/20/mali-needs-true-democracy?intcmp=239>>. Acesso em: 3 fev. 2013.
- BORDISKY, Daniel. Islamic Fundamentalism in Africa. Toronto: *Geopolitical Monitor*, 2012, 31 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.geopoliticalmonitor.com/islamic-fundamentalism-in-africa-4721/>>. Acesso em: 28 jan. 2013.
- CHITYO, Knox. Mali Will be a Milestone for Africa. Londres: *The Guardian*, 2013, 18 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2013/jan/18/mali-milestone-africa-france-security>>. Acesso em: 1º. fev. 2013.
- DELCROZE, Jacques. Menaces de partition, rumeurs d'intervention Effondrement du rêve démocratique au Mali. Paris: *Le Monde Diplomatique*, 2012, set. 2012. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/2012/09/DELCROZE/48141>>. Acesso em: 29 jan. 2013.
- GUIBERT, Nathalie. Le plus dur reste à faire: aller chercher AQMI dans ses sanctuaries. Paris: *Le Monde*, 2013, 28 jan. 2013. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/international/article/2013/01/28/le-plus-dur-reste-a-faire-au-mali-aller-chercher-aqmi-dans-ses-sanctuaries_1823342_3210.html>. Acesso em: 1º. fev. 2013.
- GRUNDY, Kenneth W. Mali: The Prospects of "Planned Socialism". In: FRIEDLAND, William H. & ROSBERG, Carl G. (Orgs.). *African Socialism*. 2ª ed. Stanford: Stanford University Press, 1992. p. 175-193.
- KANYA-FORSTNER, A. S. *The Conquest of Western Sudan: a study in French military imperialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- LAFITTE, Priscille. Pour la première fois, les islamistes s'attaquent à une mosquée de Tombouctou. Paris: *France 24*, 2012, 3 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.france24.com/fr/20120702-mali-islamistes-attaque-mosquee-tombouctou-sidi-yahia-mausolee-ansar-dine>>. Acesso em: 29 jan. 2013.
- LE MONDE. L'armée française prend le controle de Tombouctou. Paris: *Le Monde*, 2013, 28 jan. 2013. Disponível em <http://www.lemonde.fr/afrique/article/2013/01/28/l-armee-francaise-prend-le-controle-de-tombouctou_1823347_3212.html>. Acesso em: 1º. fev. 2013.
- MACEDO, Emiliano Unzer. Perspectivas Democráticas na África Contemporânea. Brasília: *Meridiano 47*, vol. 12, n. 124, mar-abr 2011. Disponível em <<http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/viewArticle/3368>>. Acesso em: 27 jan. 2013. p. 15-21.

- MELLY, Paul. Why Mali Matters. Londres: *Chatham House*, 2013, 16 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.chathamhouse.org/media/comment/view/188501>>. Acesso em: 30 jan. 2013.
- MEREDITH, Martin. *The State of Africa: a history of fifty years of independence*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2006.
- OLIVER, Roland. *A Experiência Africana: da pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- PENNA FILHO, Pio. *A África Contemporânea: do colonialismo aos dias atuais*. Brasília: Hinterlândia, 2009.
- _____. Jihadismo e Intervenção Francesa no Mali. Brasília: *Mundorama*, 2013, 22 jan. 2013. Disponível em: <<http://mundorama.net/2013/01/22/jihadismo-e-intervencao-francesa-no-mali-por-pio-penna-filho/>>. Acesso em: 2 fev. 2013.
- TEICHMAN, R. The War on Mali, What you should know: an Eldorado Uranium, Gold, Petroleum, Strategic Minerals. Montreal: *Global Research*. 2013, 15 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/the-war-on-mali-what-you-should-know/5319093>>. Acesso em: 28 jan. 2013.
- THE ECONOMIST. The Sahara – Afghanistan?. Londres: *The Economist*, 2013a, 26 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/leaders/21570704-real-danger-world-turns-its-back-another-poor-place-threatened>>. Acesso em: 28 jan. 2013.
- _____. Jihad in Africa – Danger in the Desert. Londres: *The Economist*, 2013b, 26 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/briefing/21570720-terrorism-algeria-and-war-mali-demonstrate-increasing-reach-islamist-extremism>>. Acesso em: 28 jan. 2013.
- WELSH, May Ying. Admin Aids French Bombing of Mali After U.S.-Trained Forces Join Rebels in Uranium-Rich Region. Nova Iorque: *Democracy Now*, 2013, 15 jan. 2013. Disponível em: <http://www.democracynow.org/2013/1/15/admin_aids_french_bombing_of_mali>. Acesso em: 2 fev. 2013.
- WHITEHOUSE, Bruce. Behind Mali's Conflict: myths, realities & unknowns. *Bridges from Bamako* [blog], 2013, 16 jan. 2013. Disponível em: <<http://bridgesfrombamako.com/#access>>. Acesso em: 31 jan. 2013.
- WING, Susanna. Making Sense of Mali. Nova Iorque: *Foreign Affairs*, 2013, 20 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/138767/susanna-wing/making-sense-of-mali>>. Acesso em: 3 fev. 2013.

Resumo

O presente artigo analisa as condições para a situação atual de crise no Mali. A histórica sub-representação do Estado malinês de regiões setentrionais pode melhor elucidar as causas da crise civil que não é suficientemente explicada apenas em termos de estratégia por recursos minerais ou alastramento do extremismo islâmico no país.

Abstract

This article examines the conditions for the actual crisis in Mali. The historic misrepresentation of northern regions in the government of Mali may elucidate the causes of the civil crisis that may be not sufficiently explained only in terms of strategy for mineral resources or spread of Islamic extremism in the country.

Palavras-chave: Mali; Estado; sociedade africana

Keywords: Mali; government; African society

Recebido em 07/02/2013

Aprovado em 22/04/2013